

cidadãos e que será registrada por gravação de áudio, e o material produzido comporá a memória do processo, tendo como objetivo discutir e angariar contribuições da população para os estudos preliminares. E que a Ata será publicada em até 30 dias no Diário Oficial do Distrito Federal após a Audiência Pública. Em ato contínuo, passou a palavra e a coordenação dos trabalhos à Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante, que cumprimentou e agradeceu a disposição de todos. Passou à apresentação técnica dos estudos e da proposição com relação à extensão de uso dos Lotes 1 a 23 do Setor Habitacional Taquari. Explanou que o objetivo do estudo feito foi verificar a possibilidade e a pertinência no sentido da extensão do uso dos lotes da Avenida Comercial do Taquari. Passou a apresentação das características da localidade, de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, sendo uma zona predominantemente residencial, com a admissão de outros usos em sua composição. Acrescentou que a área encontra-se na Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, para o qual o Plano de Manejo já prevê a possibilidade da regularização, porém, a área objeto está na zona de ocupação consolidada. Explicou que o projeto do Trecho 1 do Setor Habitacional Taquari objetivou a regularização das ocupações já existentes na localidade, a reparação de danos ambientais decorrentes da ocupação irregular e a proteção dos recursos naturais, considerando que o trecho encontra-se em uma área da proteção ambiental do Paranoá. Completou que o projeto do Trecho 1 é consubstanciado na URB 110/99, que foi aprovada e devidamente registrada em cartório. Informou que os usos permitidos hoje estão assinalados na NGB 33/2005 através de uma tabela, onde são admitidas algumas atividades do uso comercial de bens e de prestação de serviços. Apresentou que o estudo elaborado para verificar a possibilidade de extensão de uso considera um modelo de ocupação urbana sustentável, em contrapartida ao modelo de setorização urbana, que procura justamente diminuir a necessidade de deslocamentos, apresentando maior diversidade de usos e otimizando o uso da infraestrutura urbana. Informou que foram verificados os fatores locacionais e de acessibilidade da área, e que é atendida por uma linha de transporte coletivo, com a possibilidade de implantação de uma linha de alta capacidade, relativa ao projeto do Eixo-Norte do BRT. Nesse sentido, a proximidade da área em estudo com a via que cria articulação com outros núcleos urbanos, bem como com o entorno do Distrito Federal. Com relação a macro diretrizes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, explicou que entre os objetivos do Plano estão: "a ampliação das oportunidades de trabalho, equilibrando a sua localização em relação à distribuição de população no território". Outro objetivo apresentado é: "otimização e priorização da ocupação urbana em área com infraestrutura implantada em vazios urbanos das áreas consolidadas respeitada a capacidade de suporte econômica e ambiental do território". Elucidou que os estudos da LUOS definem as categorias de uso com base nos critérios de localização dos lotes, relação de comodidade com os usos residenciais, fortalecimento das áreas de centralidade e de desenvolvimento de atividades econômicas. Para a área em estudo, a proposta de usos da LUOS é de CSII 3, que são atividades de comércio, serviços, institucional e industrial de Nível III. Esclareceu que a justificativa para esse enquadramento é a mesma confirmada pelo estudo, de dar continuidade às ações de fortalecimento das diretrizes de planejamento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Informou que consta do Projeto de Lei proposta de extensão de usos para os lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari a indicação que as atividades permitidas estarão relacionadas no anexo, e cumprirá a aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso, instituída pela Lei Complementar 294, sempre que houver uma valorização da unidade imobiliária em relação aos usos e atividades previstos. Acrescentou que o mapa e a tabela de usos para a área já vem sendo apreciados desde a primeira audiência pública da LUOS. Encerrada a apresentação técnica, passou-se a manifestação dos participantes. A Senhora Luiza Barreto Costa Corrêa, Conselho Comunitário da Prefeitura de Taquari, manifestou-se contra o aumento do rol de atividades, enfatizando a falta de estrutura do bairro para receber indústrias, por exemplo, destacou que não há estacionamentos nas redondezas e a questão da geração de resíduos e destinação do lixo, bem como a questão da coleta de esgoto sanitário. Reforçou que eles almejam comércio de serviços para o atendimento dos moradores. O Senhor Mateus Oliveira, advogado, elogiou o trabalho da Secretaria no sentido de implementar a LUOS, destacou a importância de se pensar em como prover às pessoas, nas mais diferentes regiões, a possibilidade de ter acesso a bens e serviços, para que possam trabalhar nas suas regiões e possam ter acesso a comércio de forma fácil e rápida. Destacou que as questões apresentadas pela Senhora Luiza Barreto Costa Corrêa não são necessariamente impeditivas para a criação e implantação do projeto. Fez uma crítica referente ao fato de se criar um mecanismo no Projeto de Lei de pagamento da Outorga Onerosa de Alteração de Uso que possibilite admiti-la indistintamente para qualquer uso a mais contemplado, solicitando que a Secretaria reveja a questão da cobrança da ONALT indistintamente, uma vez que o texto do artigo dispõe que o licenciamento de qualquer atividade nova prevista pela Lei ensejaria em pagamento. A Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante respondeu que quanto à questão de destinação de resíduos sólidos, se trata de uma questão mais ampla, tendo o Distrito Federal recepcionado as orientações da legislação federal sobre gestão de resíduos sólidos, e que vem implementando uma nova política de gestão de resíduos que aponta no sentido de responsabilizar quem gera o resíduo pela sua destinação, e não mais o Estado ser o responsável pela coleta e destinação dos resíduos de uma forma geral. Quanto aos usos indevidos apontados, enfatizou que as questões apontadas estão associadas a uma má utilização do espaço público, e que não é decorrente da destinação do uso do solo, destacou a necessidade de que os usos sejam de fato disciplinados para que não gerem impacto sobre o uso residencial. Informou que se mantém os usos admitidos atualmente na proposição da LUOS. Sobre as colocações do Senhor Mateus Oliveira, da questão do pagamento da ONALT, explanou que a legislação dispõe que

a ONALT se aplica às situações onde ocorra a alteração e extensão de uso, e somente se ocorrer a valorização, e acrescentou que a avaliação prévia da tabela sobre o que implica sobre a valorização ou não, não foi efetuada na tabela, cabendo a possibilidade de aplicação do instrumento para uma avaliação específica. E que em caso de usos institucionais, de cultura, lazer, de atividades de educação, tais usos estariam isentos de um pagamento da ONALT no sentido de incentivar que lotes tenham essa destinação de fato. A Senhora Luiza Barreto Costa Corrêa reforçou que foi feita uma pesquisa com os moradores do Setor Habitacional Taquari, e que em sua maioria não há interesse que tenham indústrias ou atividades de impacto, e sim atividades de serviços, e que tenha razoabilidade, pois é uma área residencial e o bairro não tem estrutura física para receber esse tipo de indústria. O Senhor Mateus Oliveira em nome da empresa Smaff Import Veículos Ltda., proprietário da Área Especial nº 1, Avenida Comercial Trecho I, do Setor Habitacional Taquari, fez a formalização do pedido de inclusão no Projeto de Lei em debate, a fim de que seja possível a alteração de uso da Área Especial nº 1, de institucional para comercial, CSII 3, juntamente com os demais na Avenida Comercial. Justificou seu pleito no fato de que dentro da lógica atual de classificação de uso da UOS CSII 3 será possível também que serviços com característica institucional possam também ser prestados no tipo de lote com UOS CSII 3, pois significa comércio, serviços e institucional. Informou que irão protocolar um requerimento por escrito com toda a fundamentação técnica e jurídica que confere a possibilidade e que se requer que seja analisada nesse sentido. Acrescentou que fizeram uma análise de dados constantes do site da Segeth em relação a diversos estudos elaborados à época do diagnóstico inicial da LUOS apontando que dentro da Região Administrativa do Lago Norte a qual o Taquari pertence, há uma quantidade considerável de equipamentos institucionais, de modo que a alteração do lote específico não causaria um desequilíbrio para a região, pois poderá continuar ofertando atividades institucionais inseridas dentro da UOS. A Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante explanou está sendo feita a tentativa de construir a legalidade sob todos os aspectos, e um desses aspectos é justamente o entendimento de que a cidade deve comportar a diversidade de usos, trabalhando no sentido de que ocorra de forma ordenada. Registrou as preocupações da Senhora Luiza Barreto Costa Corrêa, acrescentando que são válidas. Em relação ao pleito do Senhor Mateus Oliveira, informou que na área foi respeitada a concepção do espaço na LUOS, fazendo a adequação de usos mais flexíveis, registrou que o requerimento será recepcionado e será procedido à análise no âmbito do uso e ocupação do solo, pontuando que a manutenção de lotes institucionais provém de a área oferecer os equipamentos públicos ou privados que sejam voltados para o atendimento da população. O Senhor Mateus Oliveira, na condição de procurador da empresa Flamingo Hotéis e Turismo S.A, proprietário do Lote 4 do Setor de Postos e Motéis Norte, apresentou o requerimento, que será protocolado, sobre lote contíguo a região da avenida objeto da proposta de Lei em debate, que trata da confluência do mesmo sistema viário, informando que o Setor de Postos e Motéis Norte passa por uma situação crítica em termos de usos, pois atualmente não se permite uma variedade de atividades comerciais que não sejam complementares a postos de gasolina, o que vem criando uma situação de insegurança jurídica. Explanou que o requerimento é no sentido que seja incluído no Projeto de Lei os lotes supracitados do Setor de Postos e Motéis, já que estão incluídos na mesma região administrativa do Lago Norte, na mesma confluência de sistema viário e com as mesmas características de atendimento à população da região, à categoria de uso PAC 3. A Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante respondeu que todo procedimento com relação a alteração de destinação exige que se faça os estudos, convoque audiência pública com trinta dias de antecedência e se disponibilize as informações sobre as áreas abrangidas e disposições objeto da consulta e dos estudos. Acrescentou que no caso há uma impossibilidade de incorporar na proposição apreciada essa alteração, por justamente não ter cumprido todo o rito de encaminhamento no prazo. Porém, explicou que tudo que é apresentado em Audiência Pública é objeto de uma análise um pouco mais aprofundada para uma manifestação final. O Senhor Mateus Oliveira solicitou que diante de tal impossibilidade, que se faça a revisão dos usos do Setor de Postos e Motéis Norte no âmbito da LUOS, tendo em vista a gravidade da situação existente, para que seja dado o mesmo tratamento de urgência do caso ora em debate. A Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante reafirmou que a demanda será encaminhada para as análises competentes. Esgotados os questionamentos e não havendo mais assuntos a tratar, a Subsecretária Cláudia Varizo Cavalcante encerrou a Audiência Pública agradecendo a presença de todos. CLÁUDIA VARIZO CAVALCANTE, Subsecretária de Gestão Urbana - SUGEST/SEGETH.

ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA - PPCUB

Às nove horas do décimo nono dia do mês de agosto de dois mil e dezessete, Auditório do Museu Nacional - Setor Cultural Sul, Lote 2, próximo à Rodoviária do Plano Piloto - Zona 0, foi aberta a 6ª Audiência Pública para apresentação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB. Critérios e Diretrizes para Salvaguarda e a Divisão do Território do Conjunto Urbanístico de Brasília e Diretrizes Setoriais para Mobilidade, Habitação e Espaços Públicos. A pauta segue transcrita: 1. Leitura do Regulamento; 2. Apresentação Técnica; 3. Participação e Questionamento da Plenária; 4. Encerramento. O Mestre de Cerimônia cumprimentou os presentes e para compor a mesa, convidou, a Diretora de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, Senhora Josiana Aguiar Wanderley, a Representante da NOVACAP, Senhora Lídia Adjuto Botelho, o Subsecretário de Política e Planejamento, Senhor Vicente Correia Lima Neto; e o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação, Senhor Thiago Teixeira de Andrade. Em seguida, o Mestre de

Cerimônia solicitou aos presentes posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro. 1. Leitura do Regulamento. Em ato contínuo, procedeu à leitura do Regulamento que define o procedimento a ser adotado para o andamento desta Audiência Pública. Ressaltou que a respectiva Audiência é aberta a todos os cidadãos e que será registrada por gravação de áudio, e o material produzido comporá a memória do processo que trata do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, tendo como objetivo discutir e angariar contribuições da população. Destacou ainda, que o primeiro aviso de convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 137, de 19/07/2017 e em Jornal de Grande Circulação, e o segundo aviso no DODF nº 149, de 04/08/2017 e Jornal de Grande Circulação na mesma data e também, no site www.segeth.df.gov.br, no link de Audiências Públicas e Consultas Públicas. Passou a palavra e a coordenação dos trabalhos ao Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, que agradeceu a presença de todos. 2. Apresentação Técnica. Contextualizou sobre o processo de construção do PPCUB e o seu funcionamento. Informou que não seria apresentado o projeto de lei completo, pois essa é uma audiência intermediária. Relembrou dos temas tratados na anterior dizem respeito aos conceitos e definições do CUB, do plano de preservação, da poligonal do que está sendo tombado, inclusive com a inclusão de uns pequenos ajustes na poligonal e, claro, ratificando a proposta original do PPCUB, que sempre foi abarcar como área preservada a poligonal do Lago Paranoá e seu espelho d'água. Ressaltou que houveram cinco audiências públicas para tratar do Plano, e que essa é a sexta, e que terá, ainda, a sétima para elaborar um projeto de lei completo, e finalmente terminar esse processo que dura alguns anos. Informou que houve algumas mudanças metodológicas importantes no plano, a serem expostas pelo Subsecretário Vicente Correia de Lima Neto, pela Senhora Josiane Aguiar Wanderley e com o apoio da Senhora Lídia Adjuto Botelho que muito trabalhou nessa área e está voltando à SEGETH. Esclareceu que a estratégia de participação popular não é apenas nas audiências públicas, mas também, na Câmara Técnica do PPCUB, que é composta por membros da sociedade civil advindos do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN e do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com reuniões sistemáticas e que foram realizadas 28 reuniões, e os documentos apreciados estão publicizados no site da SEGETH, no link do PPCUB. Apresentou o site do PPCUB e revelou ser semelhante ao da LUOS. Observou que o debate do PPCUB ficou bem marcado, mas se confundindo com a Portaria 166/2016, cuja metodologia e a forma de tratar o Plano estavam registradas. Destacou ainda, que a terceira fase terá início a partir dessa reunião, com uma equipe trabalhando no resultado e seguindo o curso de discussão dos parâmetros. E que há previsão de até o final do ano realizar a Audiência Pública final e concluir o Plano. Falou sobre a atuação da SEGETH, referindo-se ao importante trabalho que realizam e com a atuação das Câmaras Técnicas. Passou a palavra ao Subsecretário Vicente Correia, que relatou as ações que estavam sendo realizadas com relação ao PPCUB e os projetos de lei desenvolvidos até o momento, os ajustes, as reuniões realizadas, os critérios utilizados e os temas tratados, conforme o material em tela. Observou sobre as diretrizes existentes, a modernidade arquitetônica e o valor histórico para a cidade, discorrendo sobre as situações existentes. Falou sobre os ajustes feitos com os doze territórios de preservação, a abrangência, as diretrizes a serem observadas, e a orientação da política habitacional e o processo de transição demográfica existente. O Secretário Thiago Teixeira de Andrade observou que essa ocorrência não é recente, que há três décadas que a população da área tombada praticamente não mudava, mas começava a decrescer, ao que o Subsecretário Vicente Correia falou sobre a composição da família da década de 50, a relação atual e o perfil da renda existente dentro do CUB. Discorreu sobre a priorização em relação ao transporte individual e o favorecimento da função da capacidade viária, destacando sua importância dentro da implementação de algum tipo de política pública, ademais de ampliar a oferta diária para o transporte público coletivo. Ressaltou a necessidade de um capítulo específico sobre a habitação, aproveitando a análise da Subsecretaria em relação ao déficit habitacional, a análise espacial da lista da CODHAB e da demanda habitacional, bem como o percentual gasto nesse item e a questão da escolha pelas famílias. Reforçou sobre a importância da quebra de paradigmas da propriedade e a realização de duas Consultas Públicas sobre a inclusão do conceito de locação social. Concluiu que em relação ao espaço público eram apenas algumas diretrizes gerais, citando a promoção da preservação e o ordenamento dos espaços por meio de ações relacionadas ao resgate do solo livre, o respeito ao Plano Diretor de sinalização, o acondicionamento e o armazenamento de resíduos sólidos que deveria ser repensado, com o SLU realizando ações específicas sobre a questão, atendendo à nova legislação. Observou ainda, que alguns temas tinham sido deixados para serem tratados posteriormente, como os planos, programas e projetos, os eixos de requalificação, de revitalização, de regularização, com a importância da discussão dos instrumentos urbanísticos, do parcelamento e retificação da utilização compulsória. Concluiu a apresentação, agradeceu a presença e que contava com todos para qualificar o debate. A Senhora Lídia Adjuto Botelho informou trabalhar com o tema do Plano de Preservação na SEGETH, ressaltando a sua importância, bem como a relevância da participação de todos. Que os temas sobre o zoneamento eram complexos e contundentes, com a proposta apresentada pouco diferindo da anterior, mas ajustado conforme a portaria nº 166/2016, do IPHAN. Falou sobre a mudança de nomenclatura, existindo no PLC nº 78/2013 como áreas de preservação e, em função da portaria, alterada para territórios, encontrando coerente essa alteração. Observou que as diretrizes setoriais com os territórios de preservação deveriam ter sido apresentadas individualmente, e sugeriu que fossem colocadas em tela. A Senhora Josiana Aguiar Wanderley informou estar como Diretora de Gestão do Conjunto Urbanístico, existindo uma Coordenação de Preservação,

com duas Diretorias, a de Preservação, mais envolvida com a elaboração do PPCUB, e a outra, que dirige e que trata de questões cotidianas de gestão. Ressaltou o esforço na construção de um georreferenciamento de informações, para que fossem de fácil compreensão e disponibilizadas à sociedade, sendo importante a participação de todos para seu aprimoramento. Destacou algumas restrições de ordem técnica e de capacidade, em razão da pequena equipe. Observou que quanto à preservação, o que acontece no restante do território também ocorre no conjunto urbano, com o avanço do setor privado nos espaços públicos, e ressaltou a necessidade de conscientização sobre a função das áreas livres para preservação. 3. Questionamento da Plenária. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade abriu a palavra aos inscritos e solicitou que os cinco primeiros se posicionassem nas primeiras fileiras: Senhor José Daldegan, representante do Conselho Comunitário da Asa Sul, Senhor Antônio Carlos Osório, ASPROMIM, Senhor João Breyer, Movimento de Cultura e Paz, Senhor Eduardo da Cunha Rego, morador da 714 Sul, e Senhor Tiago Pereira da Silva, do jornal DF Hoje. 1. O Senhor José Daldegan destacou o pequeno número de participantes, computando à pouca divulgação do evento ou ao descrédito da população quanto às audiências realizadas, e que tem a impressão de que o resultado das discussões não era levado em consideração, não havendo critérios e observando a pouca credibilidade nesse instrumento. Indagou se o novo texto estava disponível no site, o que imediatamente foi confirmado pelo Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade. O Senhor José Daldegan informou ser membro do Conselho Local de Planejamento da RA 1, e que esse Conselho solicitou que tivessem um efeito sobre o PPCUB, ao que o Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que todas as reuniões estavam no site. O Senhor José Daldegan reivindicou a participação de algum membro do CLP da respectiva RA, pudesse fazer parte das reuniões da Câmara Técnica. O Senhor Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade informou que a presença já havia sido franqueada. Sugeriu que os interessados fizessem uma solicitação para que fossem incluídos oficialmente nas convocações. Destacou ainda, que há a Frente Comunitária, que teoricamente, também, falava em nome dos Conselhos Comunitários, manifestando-se constantemente nesse sentido, ao que o Senhor José Daldegan concordou com essa colocação. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade ponderou que havia representatividade na Câmara Técnica da Senhora Tânia Battella como representante da Frente Comunitária. O Senhor José Daldegan, complementou que também havia indicado a Senhora Vera Ramos, mas que ela não faz mais parte. Revelou que as colocações que ambas haviam feito que não estavam sendo levadas em consideração. Destacou como reinvidicações: a) que as sugestões das Senhoras Tania Battella e Vera Ramos fossem acatadas; b) pediu licença para deixar algumas faixas no piso; c) que o PPCUB respeitasse as leis vigentes do tombamento e não as substituisse; d) que o PPCUB teria que ser precedido pelo ZEE, por recomendação do próprio Ministério Público, sendo que após sua definição poderia ser votado e publicado. Observou que o PPCUB deveria preservar as áreas residenciais definidas originalmente e não alterar ou flexibilizar seu uso, o que estava escrito em uma das faixas expostas. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade indagou onde estava a proposta da SEGETH sobre a flexibilização das áreas residenciais, ao que o Senhor José Daldegan observou que a Portaria 166/2016, trazia a indicação de uso predominantemente residencial, citando as Quadras 700 Sul, as quais tinham somente praças, além das residências. Que nas da Asa Norte havia escolas, postos, etc., mas que não fariam o tombamento, se referindo a áreas exclusivamente residenciais como era o caso das Quadras 700 da Asa Sul, com a Portaria 166/2016, podendo gerar uma futura interpretação errônea. Seguiu com as reinvidicações: e) que o PPCUB teria que preservar as escalas residenciais, a escala bucólica, considerando a forte especulação imobiliária sobre essa área, além do citado parcelamento do solo nas áreas de baixo valor. O Subsecretário Vicente Correia esclareceu que o material em tela se refere à requalificação, com a construção de calçadas, paisagismo e não criação de lote. O Senhor José Daldegan ponderou que o termo requalificação poderia gerar outra interpretação, considerando estranha a colocação de 12 territórios de preservação. O Subsecretário Vicente Correia observou que se tratava de zoneamento, e que todo o território estava dividido em doze e todos cobertos pelo CUB. Concluindo, o Senhor José Daldegan reforçou sobre os pontos colocados, e sugeriu ter cuidado com a linguagem, pois pode gerar outra interpretação tanto da Portaria 166/2016, quanto dos temas em pauta. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade reiterou o respeito pelo Conselho Comunitário, e franqueou sua participação inclusive na Câmara Técnica, com convites setoriais de projetos que estavam desenvolvendo para requalificação de espaços públicos. Destacou que todo o material produzido estava integralmente no site: atas, publicações, áudios de todas as reuniões, inclusive das Audiências Públicas. Esclareceu que o PPCUB deveria respeitar outras leis, e que substitui uma série de outros normativos, inclusive as normas de uso e ocupação do solo, conforme a Lei Orgânica e o PDOT. Falou sobre a documentação existente acerca de tombamento, com esse Instituto sendo formal, registrado no livro do tomo histórico no IPHAN, não tendo forma de lei e que precisa ser revisto. Observou que o ZEE pouco tocava no PPCUB, mas com o Plano e a LUOS tomando conhecimento das modificações em três importantes projetos de leis, com o ZEE em consonância com a SEGETH. Ressaltou que todas as atividades estavam sendo realizadas ao mesmo tempo com o Ministério Público e que tem sido muito cuidadoso na redação, procedendo à leitura do ponto 39, que trazia ações para a crise hídrica no Distrito Federal. Que as diretrizes estavam norteando a base dos documentos técnicos, já publicados e que eram considerados no PPCUB e na LUOS, relatando como a Lei tratava esses normativos e tendo certeza que o PPCUB chegaria a essas mesmas conclusões. Destacou o ano de 1995 como de criação do ZEE, sendo que o crescimento da cidade havia sido tratado sem a existência do Zoneamento Ecológico-Econômico. O Secretário de Estado Thiago

Teixeira de Andrade falou sobre as colocações feitas quanto às Audiências Públicas, mas não sendo a estratégia de participação, citando outras atividades que seriam mais relevantes. Reiterou que a Lei de Uso da unidade domiciliar das 700 Sul e Norte, não seria alterada, já com as 500 permitindo seu uso diverso. Observou que seria debatida essa ocupação do espaço público, com o IPHAN não tendo o poder de determinar o uso e ocupação do solo e cuja legislação era muito complexa. Reiterou o compromisso de que não há interesse em alterar os usos residenciais de qualquer área, mas sim de que fosse discutida a política habitacional, havendo outras questões a serem tratadas. Ressaltou que o PPCUB era um instrumento complexo, de aporte da comunidade, bem como de reuniões específicas com outros órgãos, que mesmo sendo divulgadas, a adesão foi baixa. Destacou o trabalho realizado para que fosse feita uma avaliação do que era Projeto de Lúcio Costa, indicando, também, que os documentos entregues por entidades eram pouco objetivos, mas com essa discussão sendo feita de forma democrática. Esclareceu que a limpeza do Plano, pleiteada por entidades, havia sido realizada, mas sendo preciso que indicassem uma pessoa para acompanhamento semanal nas Câmaras Técnicas, haja vista que o debate realizado era muito intenso. A Senhora Josiana Aguiar Wanderley informou que toda semana era realizada reunião da Câmara Técnica, segunda-feira às 15h, com a próxima acontecendo no dia 28 de agosto, excepcionalmente. Que na última reunião a Senhora Tânia Battella entregou um documento, indicando que deveriam parar o PPCUB em função do ZEE, por nunca ter sido feito o diagnóstico ambiental. Informou que desde o PDOT de 1997 existia uma sistematização de informações ambientais em todos os aspectos, apesar de não ter chegado, até por questões técnicas, e cuja evolução deveria ser verificada por todos. Que em relação à questão da PPP da Arena PLEX, precisaria de definição de parâmetros urbanísticos, os quais não constavam na legislação. Informou que estavam fazendo um Plano de Uso e Ocupação do Setor de Recreação Pública Norte, que foi realizada uma apresentação, e estará em Consulta Pública até o dia 22. Lamentou a ausência das entidades, mas que estão abertos para receber sugestões. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade passou a palavra ao próximo inscrito. 2. Senhor Antônio Carlos Osório, representante da Associação dos Proprietários no Setor de Mansões Isoladas, que ponderou que talvez essa audiência pudesse ser confundida com a primeira audiência do PPCUB, e com o que estava previsto anteriormente sendo reconstruído de uma maneira correta, partindo-se da definição dos princípios para poder detalhar o restante. Esperava que os pontos relevantes fossem aproveitados, relatando um exemplo de falta de normas de construção. Destacou o crescimento acentuado da cidade, com os órgãos reguladores não conseguindo acompanhar essa velocidade, ocasionando o descumprimento da Lei e perda de qualidade na sociedade. Ressaltou que na fala relativa à locação social, com predominância dos itens das diretrizes sobre habitação, havia sido colocada a habitação de interesse social e que não funcionava, considerando os interesses existentes. Que gostaria de maiores detalhes sobre as medidas que estavam sendo previstas, considerando-as particularmente perigosas. Sobre o Setor de Mansões insistiu que fosse chamado de Setor de Mansões Isoladas, sendo um parcelamento do solo, registrado em cartório, mas denominado Setor de Mansões Isoladas Norte, solicitou a adequação do texto e discorreu como esse local foi planejado, sendo incompatível com a realidade atual. Ressaltou a urgência em adequar, com todo cuidado, aqueles lotes que não tinham gabarito e que as pessoas estavam esperando, sendo que preservar era atualizar, citando um exemplo de locação social. 3. O Senhor João Breyer, fundador do Movimento Cultura da Paz, e do Movimento de Unificação das Religiões, falou sobre sua militância. Ressaltou a necessidade de se fazer ao menos um tombamento parcial nas Cidades Satélites, respeitando seus moradores. Discorreu sobre os danos que eram causados a essas áreas chamadas de periferia, e como as pessoas que não conhecem a realidade local, querem levar todo o crescimento populacional para essas localidades. Colocou como a situação poderia ser trabalhada pelo governo, atendendo ao caótico momento que a habitação vive e a diferença social existente. Ressaltou como o turismo se adequava em Brasília, porém, deve começar com a comunidade, e não com os grandes empresários. Indicou que havia sugerido ao Governador, a formação dos Comitês Gestores Participativos de forma permanente, com a presença do governo e da comunidade, trabalhando as decisões a serem tomadas de forma voluntária. Revelou ser o idealizador da Vila do Artesão do Gama, e Vice-Presidente do Conselho de Cultura, mas que não terminou o projeto devido às condições adversas, e que se concluído, seria aberto para a comunidade, dando espaço para artesãos e a transformando em um centro turístico, o que também deveria ser incentivado nas Cidades Satélites. Concluindo, parabenizou pelo trabalho realizado e a luta para defender a cidade, com o patrimônio histórico sendo perdido devido à especulação imobiliária, bem como da necessidade de se reunir com a comunidade para direcionar o futuro da população e da cidade. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade informou que os Fóruns Permanentes existiam, sendo que as Câmaras Técnicas e Temáticas existentes não tratavam só desses Projetos de Lei, mas também de outros. 4. O Senhor Eduardo da Cunha Rego relatou ser residente da Quadra 714 há trinta e três anos, e relatou sobre o precário estado das calçadas, e que deve ser feito um trabalho permanente de manutenção, assim como as podas das árvores e da vegetação. Informou ter sido notificado para demolição de um acesso para veículos de sua propriedade, apesar de ter o cuidado com o solo. Ressaltou que havia muitos dessas entradas na cidade e questionou sobre a possibilidade de regulamentação. Ainda, advertiu sobre os acostamentos de retorno, sendo que muitos não foram ampliados, prejudicando o fluxo do trânsito. 5. O Senhor Tiago Pereira da Silva informou ser do Jornal Comunitário ligado à cidade do Paranoá e criado pelo jornalista Eudes Lira, de quem relatou o trabalho comunitário que realizava. Falou sobre a luta dos próprios moradores, inclusive seu pai, que como trabalhadores na construção de Brasília, queriam um lugar para morar. Que à época havia sido

feito o Projeto de Lei nº 4545/64, com o artigo 31 criando, as oito primeiras regiões administrativas, incluindo Paranoá. Citou as cidades existentes na região, e indagou sobre a construção da ponte entre o Lago Norte, saindo na L2 na UnB, e que estava no projeto Brasília Revisitada, de Lúcio Costa, mas que não aparecia nos mesmos. Observou o enorme fluxo de veículos na ponte da barragem, que não foi criada para tal finalidade, e, também, com a saída sul tendo que ter outra proposta para que não fosse prejudicada. Informou ser militar da reserva do Exército, e questionou se a Quadra 500 do Sudoeste, que era anteriormente da Marinha e que havia passado para a ANTARES, seria preservada. Informou que há documentos que trazem a proposta anterior de Lúcio Costa para que essa Quadra fosse destinada a moradia, para expansão urbana. Indagou também, sobre a situação da área de expansão do Hospital das Forças Armadas e da Rodoferroviária. Em resposta ao Senhor Antonio Carlos Osório, O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade, informou que todos os lotes sem normas já estavam identificados, sendo essas situações que prejudicam a gestão urbana do Distrito Federal. Que o Setor de Mansões Isoladas Norte estava sendo analisado, ao que a Senhora Josiana Wanderley complementou que foi realizado um levantamento de todos os lotes que não tinham normas ou estavam incompletas, mas que seriam regularizados. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade indicou o questionamento do Senhor João Breyer, com o trabalho realizado pela Câmara Técnica e o acompanhamento contínuo e voluntário que esperava. Com relação aos questionamentos do Senhor Eduardo da Cunha Rego, informou que a questão das calçadas faz parte de uma série de ações concatenadas, incluídas no CUB, tendo prerrogativa na lei federal, no Estatuto da cidade, que estabelece uma política para diversas áreas do Distrito Federal. Falou sobre o esvaziamento do número de pessoas por família, obsolescência de imóveis e cada vez mais infraestrutura urbanas subaproveitadas. Esclareceu, com relação às calçadas que havia há uma diretriz de qualificação do espaço público, e que a Secretária está desenvolvendo projetos de qualificação próximas a sua residência. Que há projeto de requalificação de todo o Setor Hospitalar Local Sul, ligando à estação de metrô na Quadra 14 e ao terminal Asa Sul. Ressaltou o grande número de projetos prontos sobre requalificação de espaço público, e que até o final de de 2018, terá mais de 80 projetos prontos. Destacou projetos específicos para as calçadas. Ainda, que em breve será lançado o guia de urbanização, trazendo todos os padrões em relação a isso. A respeito do acesso, esclareceu que era proibido abrir novos acessos de garagem em cima de área verde e públicas, ao que o Senhor Eduardo da Cunha Rego questionou o que será feito com relação aos acessos já existentes em outras casas, citando a Quadra 715. A Senhora Lídia Adjuto Botelho esclareceu que foi feito um projeto piloto para a Quadra 715, sendo reivindicação da população. Esclareceu que essa quadra estava muito próxima ao setor hospitalar, com acesso feito pelas pessoas, ao que a Secretaria fez um projeto que foi aprovado, com a implantação de acessos, mas que era uma excepcionalidade. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade, sugeriu ao Senhor Eduardo da Cunha Rego, que fizesse uma consulta formal à SEGETH, haja vista que essa questão não consta da pauta da reunião. Com relação ao questionamento do Senhor Tiago Pereira da Silva, esclareceu que as Quadras 500 estão registradas e em disputa judicial, que passou pelo rito de parcelamento do solo, e está em outra esfera de discussão. Com relação à expansão urbana perto da estação Rodoferroviária e na área do Exército, não há concordância do planejamento de expandir aquela área, citou a diminuição da população, o envelhecimento, o estudo feito sobre esse movimento demográfico e a desconcentração de empregos. Observou que o foco deste PPCUB era consolidar, preservar e ocupar os lotes vazios, obsoletos ou ociosos e destinados à ocupação, que não era socialismo, mas que visa o bem comum da coletividade e o combate à especulação imobiliária. Que a política urbana da SEGETH visa a ocupação da centralidade, os vazios e os obsoletos, e o que está sendo feito com a Habita Brasília, no Recanto das Emas, Samambaia, Ceilândia, etc., é para evitar que antes da consolidação e serem, de fato, cidades plenas, abrissem novas frentes de parcelamento. O Subsecretário Vicente Correia complementou que a habitação de interesse social tem a preocupação com a população de baixa renda, indicando onde moram. Citou o projeto Brasília Revisitada, observando os usos nas áreas não residenciais, mas com sua alteração permitindo a cobrança de outorga Onerosa de Alteração de Uso - ONALT, podendo condicionar ou estabelecer alguma forma de incentivo para que a habitação de interesse social fosse ofertada no CUB, aproveitando os instrumentos que já existem para a regularização que permitam o uso habitacional de alguns locais. 6. O Senhor Marcio Guidacci, informou ser membro do Conselho Comunitário da Asa Sul. Que após a realização de reuniões entre SEGETH e a Câmara Técnica do PPCUB, estavam discutindo as diretrizes, sugerindo que para eliminar totalmente a terminologia e a questão do comércio nas Quadras 700, deixassem consignado em Lei, o termo exclusivamente residencial e unifamiliar e não predominantemente, indicando que se encontrava na Portaria 166/2016. O Secretário de Estado, Thiago Teixeira de Andrade esclareceu que essa norma era é do IPHAN. O Senhor Marcio Guidacci destacou que o governo é solidário com as questões da comunidade das Quadras 700, observou se a questão das grades também seria abordada pelo PPCUB. Falou sobre a legislação existente sobre essa matéria, sendo que atualmente é necessário bom senso para coibir o abuso no uso das grades, permitindo o mínimo necessário para garantir a segurança dos seus moradores. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade indicou a página 24 da brochura do material disponibilizado que trata sobre a parte do uso. 7. A Senhora Regina Suzuki falou sobre a inserção de moradores populares na área tombada. Informou que assistiu à palestra do Senhor Vicente Correia realizada no Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, e que causou preocupação em relação as moradias nas Quadras 600, e que ficavam próximas ao Lago Paranoá, considerando a crise hídrica existente. Que no atual governo existia equívocos com relação à ocupação do solo, a exemplo do Deck Sul.

Falou sobre a colocação de mais moradores na área tombada, mas com a alternativa de levar os postos de trabalho às cidades satélites, sendo que o contrário não era solução. Que outra preocupação, é com a ocupação dos espaços vazios, que foram concebidos para assim permanecerem. Citou o conceito de preservação que consta na Portaria 166/2016 e que embasava o PPCUB, e que conforme a sua interpretação poderá se construir moradia econômica na área tombada. Questionou sobre a preservação, e o que está sendo observado na prática com relação a mobilidade, para a qual não havia sido dada ênfase no PPCUB, e que é a chave para preservar e zelar o conceito urbanístico da cidade. Lembrou que Brasília celebra 30 anos como patrimônio cultural da humanidade, e discorreu sobre a importância desse tombamento para a cidade. Ressaltou que o Plano Piloto não está fora de uso, com a área tombada devendo ser preservada e mantida com qualidade para seus moradores. O Subsecretário Vicente Correia falou que a na reunião interna da Comissão de Política Urbana no IAB, foi discutido questões relacionadas às 600 e 900, sendo as normas as mesmas para as duas Quadras, o que deverá ser verificado. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade falou sobre as providências a serem tomadas com relação às cercas, como também a retirada do terceiro pavimento irregular. Sobre o Deck Sul, observou tratar-se de um projeto da orla, citou, também, a ocorrência de perda de densidade, e esclareceu sobre a situação. Ponderou que a gestão e a apresentação do PPCUB é transparente e técnica, e o debate terá de ser qualificado, e que a questão da mobilidade não poderá ser resolvida se não tratarem do agenciamento, ocupação e território e uso do solo. E o que se quer é que as pessoas continuem morando há 50, 60 km do seu trabalho, como em algumas capitais europeias, e que tenham transporte eficiente. Que para o CUB não se trata de uma política de adensamento, mas sim, de equilíbrio e agenciamento, inclusive para o Plano Piloto, considerando o envelhecimento da sua população. Destacou ainda, que precisava ser considerada a perda da população, o que é estatístico, ter responsabilidade com a cidade, sendo que esse esvaziamento levará à decadência do Plano Piloto. O Subsecretário Vicente Correia citou o Comércio Local de Águas Claras, ponderado pelo Secretário Thiago Teixeira de Andrade que o comércio estava em crise em todo o país. Observou que o debate deverá ser aprofundado, com a realidade tendo que ser colocada e que os Conselhos, as Câmaras Técnicas estão abertas para fazerem essa discussão com seriedade. A Senhora Josiana Wanderley falou sobre a permissão das Quadras 600 para uso residencial e da área livre do Setor de Embaixadas, manifestou sua preocupação com o uso dessas áreas verdes e que merecem um melhor tratamento. Que não existiria melhor mobilidade mesmo se não tivessem densidade e com o transporte público não sendo viabilizado. Em resposta ao Senhor Marcio Guidacci, o Subsecretário Vicente Correia esclareceu que houve discussão sobre a ocupação de área pública na Câmara Técnica, porém não estava explícita no documento de referência, e com a regulamentação da ocupação sendo tema da terceira Audiência Pública e o registro da discussão disponível no site. Falou sobre o custo dos lotes vazios mantidos por todo o Distrito Federal, e trouxe como exemplo com a quadra onde reside. Ressaltou ainda, que existe um custo das decisões tomadas, devendo ser cobrada participação mais efetiva dos moradores para melhorar a qualidade, haja vista que só o estado não consegue manter essas áreas. A Senhora Josiana Wanderley esclareceu sua colocação anterior, com as Quadras 600 devendo ser habitadas, correndo-se o risco de ficar abandonada, bem como da necessidade de se construir soluções viáveis para a cidade. O Subsecretário Vicente Correia informou como surgiu a discussão sobre as Quadras 600, e observaram que a norma das Quadras 900 Sul e Norte era a mesma das 600 Sul e Norte. Questionou se a proposta era apenas regularizar ou se havia alguma intenção maior de planejamento, ao que o Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade complementou da necessidade de se entender o porquê de ter acontecido nas 900 e não nas 600. Que as normas deveriam ser separadas, analisando a situação de cada uma. 8. O Senhor Amilton Figueiredo observou o avanço nessas discussões, mas com o elemento vivo tendo que ser respeitado, e sugeriu que não há problemas em constar a palavra exclusivamente residencial no PPCUB, e que deveria ser efetivado. Falou sobre o trabalho realizado pela AGEFIS e que não tinha respaldo. Manifestou a sua posição e de outros moradores com relação ao abuso de áreas públicas, além da situação das grades que trazem segurança aos moradores. 9. A Senhora Ana Paula Pessoa solicitou esclarecimentos a respeito dos itens 6 e 13 das diretrizes de habitação, que trata da locação social e arranjos habitacionais bifamiliares em áreas unifamiliares. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade esclareceu que as discussões sobre locação social foram iniciadas, e que foi realizada Consulta Pública sobre o assunto, e os referidos documentos estão no site da SEGETH. Discorreu sobre a política de subsídio para combater mais de 30% de comprometimento da renda da família com aluguel, retirando, assim, pessoas do déficit habitacional, e com o aluguel social promovendo a ocupação das áreas livres, e a entrada de imóveis fechados no programa. O Subsecretário Vicente Correia falou sobre os arranjos familiares, basicamente o bifamiliar morando no mesmo domicílio, o que deverá ser regularizado. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade ponderou que essa situação ocorre em todos os níveis de renda e em todas as cidades do DF. 10. O Senhor Paulo Melo ressaltou a importância da revitalização da W3 Sul, falando sobre a situação em que se encontrava. Convocou os empresários e proprietários para uma grande Audiência Pública. Indicou o novo projeto do VLT, e sugeriu que o canteiro central, as bancas de revistas e os estacionamentos fossem revitalizados. Destacou que a ciclovia das Quadras 700 não estava concluída, solicitou, também, a melhora da iluminação e a regulamentação dos novos acessos das casas das 709 a 716, ademais de resolver a questão das grades. Frisou que é favorável ao terceiro andar nas Quadras 700, como também ao uso residencial das 600 e fez uma comparação entre as Quadras 800 e 900. Ainda, que concorda com a preservação dos pilotis, a desobstrução de espaços verdes, a regulamentação da utilização de guaritas e o fortalecimento

das prefeituras comunitárias em parceria com condomínios e com a comunidade, reduzindo a pressão sobre o Estado. Indagou sobre o cronograma de execução das obras, que deverá ser feito, e fortalecer, também, a parceria governo e comunidade. Falou sobre a população do Plano Piloto, o qual deverá ser preservado, além de ter que discutir e colocar algumas situações que melhorassem a redução da população. 11. O Senhor José Daldegan agradeceu o convite para participar das reuniões temáticas, e que faria o possível para comparecer. Que esse encontro trouxe vários elementos novos, e queria entender melhor alguns dos pontos de vista colocados. Observou que as informações nem sempre são completas, ao que o Senhor Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade destacou que em certas instâncias a informação deve ser precisa. O Senhor José Daldegan solicitou que constasse no PPCUB as planilhas sobre as inovações que estavam trazendo, mas que não substituíssem as normas atuais, encampando o atual marco legal. Quanto ao ZEE, tinha entendido que estavam acompanhando para não ter um PPCUB aprovado e trazendo contradição, e solicitou a sua divulgação para ter certeza de que essa situação não acontecerá, com uma das Reuniões Temáticas tratando especificamente dessas informações. Sugeriu o diálogo com a Senhora Mônica Veríssimo, uma das maiores autoridades sobre o ZEE, convidando-a para uma das reuniões temáticas sobre esse tema. Manifestou que não concordava com a fala sobre preservar e adequar, tendo que ter um marco legal, com o PPCUB tendo segurança para permitir preservação e não adequar, preservando o princípio do tombamento e o do plano urbanístico. Solicitou esclarecimentos sobre a permissão de habitações para as Quadras 600, conforme está previsto. 12. O Senhor Rodrigo Fonseca indagou se o percentual de cultura e lazer e galeria de arte nos espaços vazios nas Quadras 100 e 200 será revisto. Solicitou esclarecimentos sobre flexibilização de uso para o SIG, especificamente a quadra 4 e cuja legislação estava desatualizada. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade informou que há um plano para os espaços entre as Quadras, mantendo as funções institucionais, coletivas e públicas, etc., mas não a comercial. Que a ideia é não ter mais uma determinação específica de uso, considerando os vários tipos existentes. Sugeriu ao Senhor Rodrigo Fonseca consultar no site a proposta anterior, haja vista que nessa revisão do PPCUB ainda não tinham tratado do assunto, e trazer por escrito o seu entendimento sobre a proposta anterior para debater a questão. Esclareceu, também, que o SIG está sendo revisto, e necessita de atualização normativa, principalmente quanto ao seu uso. Que não haverá habitação nas Quadras 600, e relatou sobre o que ocorre nas 900 e que tem a mesma norma das 600. Ressaltou que essa situação precisa ser avaliada com cuidado, preservando o patrimônio, apesar das alterações feitas. Que vão estudar a melhor forma de redação para falar das residências das Quadras 700, com a LUOS trazendo uma proposta de lei, mostrando o antes e o depois, mas que ainda não tinham uma proposta clara para apresentar ao público, com as questões colocadas. Concordeu com as questões levantadas sobre a Avenida W 3, sendo um dos eixos que estará na próxima discussão do PPCUB, mas que poderiam, também, fazer reuniões específicas, considerando a preocupação apresentada sobre parâmetros de uso e ocupação. A respeito das ciclovias, informou que o governo lançou o plano de Ciclomobilidade que demonstra o que foi colocado anteriormente, com alguns cronogramas. Indicou que já está garantido R\$8.300.000,00 do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB para os projetos de requalificação no Setor Comercial Sul, Setor Hoteleiro Sul e Setor Hospitalar Local Sul. Que há recursos da ordem de R\$3.300.000,00 destinados às rotas acessíveis dos hospitais regionais, como HRAN e o HMIB, além de vários equipamentos de educação de grande porte, como o IFB na Asa Norte, a Escola de Música e outros, sendo feitas rotas acessíveis, principalmente, ligando até o metrô e com o cronograma dessas ações já lançadas. Frisou que o projeto está no site Nós Urbanos, www.nosurbanos.segeth.df.gov.br, e convidou para que todos tomassem conhecimento. Em complementação ao questionamento do Senhor José Daldegan sobre a disponibilidade de um documento comparativo entre as normas atuais e o que estava sendo proposto ao PPCUB, a Senhora Lídia Adjuto Botelho ratificou as palavras do Secretário de Estado sobre a sua divulgação no site. Ainda, que atualmente está sendo discutido as planilhas nas reuniões da Câmara Técnica - CT do PPCUB, que acontecem nas segundas-feiras à tarde, e excepcionalmente, a próxima será no dia 28 de agosto, e destacou a importância da participação de todos no debate. Destacou a dificuldade em ter um mapa mostrando as alterações realizadas. Observou que o Senhor Rodrigo Fonseca já tinha feito a mesma colocação sobre as normas das entrequadras em outras reuniões, sendo que a norma vigente é a NGB 1897 e não as anteriores, e que traz o percentual das atividades. O Subsecretário Vicente Correia complementou às discussões das planilhas são realizadas, também, no Grupo de Trabalho - GT interno que se reúne às terças-feiras no período da manhã e quintas-feiras à tarde. Informou que foi aberta a participação de dois representantes da CT nas reuniões internas do GT, a fim de debaterem sobre as planilhas, e que após consensuadas, são apresentadas em forma de resumo à Câmara Técnica e disponibilizadas no site da SEGETH. Ressaltou que as planilhas têm um cronograma de discussão, e que na reunião anterior foram tratadas as do Setor Bancário Sul, Setor Bancário Norte e de Autarquias Federais Sul e Norte. Complementou que vão trabalhar com um novo conjunto de planilhas, com o Setores de APs, além de outras questões normativas de detalhamento ou lotes sem norma, e que as reuniões são abertas à comunidade. 4. Encerramento. O Secretário de Estado Thiago Teixeira de Andrade agradeceu a presença de todos, enalteceu a boa qualidade do debate, com contribuições e aprofundamento em algumas questões, e parabenizou a Sociedade Civil. Por fim, reiterou que o site da SEGETH é o grande canal de comunicação desse debate. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE, Secretário de Estado - SEGETH; VICENTE CORREIA DE LIMA NETO, Subsecretário - SUPLAN/SEGETH; JOSIANA AGUIAR WANDERLEY, Diretora - SUPLAN/SEGETH; LÍDIA ADJUTO BOTELHO, Representante - NOVACAP.